



Anais da Assembléia

N.º 84

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gilberto Geraldo Garbi, DD. Presidente da TELEPAR, para providências no sentido de ser dada melhor atenção aos serviços telefônicos de Piên, Distrito de Tricolândia, em razão das freqüentes interrupções que se vêm verificando nos referidos serviços.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1982.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que determine o prosseguimento dos serviços de construção e pavimentação da Estrada

BR-116, ligando Piên e Distrito de Tricolândia, cuja morosidade vem causando sérios transtornos às empresas que necessitam fazer escoamento de sua produção.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1982.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Não é esta a primeira vez que nos pronunciamos desta tribuna pela necessidade urgente de uma reforma tributária no Brasil, propugnando pela inversão da pirâmide fiscal hoje evidente, onde a União arrecada quase tudo, os Estados pouco arrecadam e os Municípios perecem à míngua de recursos públicos.

Essa tese municipalista não é novidade, porque nasce do próprio bom senso. Presencia-se hoje um passeio oneroso do dinheiro público, que não permanece onde é arrecadado, mas vai sempre para cofres federais, voltando aos Estados e Municípios, quando volta, corroído pela perda do seu poder aquisitivo, através dos vários fundos de participação.

É uma distorção que determina uma verdadeira prepotência do poder federal, posicionando Estados e Municípios como pedintes dos recursos que eles próprios geraram.

Voltamos hoje a repisar este ponto de vista para notificar à Casa de verdadeiro atentado que vem a ser empreendido contra os Municípios brasileiros, já combalidos e muitos até insolventes.

Em comunicado ao Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, dinâmico Prefeito EDSON KOPLA, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República informou que as quotas do Fundo de Participação dos Municípios serão diminuídas em 35% neste segundo semestre.

Essa informação foi recebida como decretação de falência dos Municípios, e nem é para menos, visto que eles se movimentaram exatamente para exigir do poder federal um acréscimo de 15% no Fundo de Participação, cujas dotações no primeiro semestre foram irrisórias.

Pede-se 15% a mais, recebe-se 35% a menos. Quem chora, além de não mamar, ainda apanha. Deve ter sido esta a regra sob a qual foi criado o Senhor Ministro do Planejamento.

A revolta e o desânimo com que a notícia foi recebida pela Associação Paranaense dos Municípios, especialmente pelo seu batalhador presidente, são tão óbvios quanto justos.

A própria política salarial inovada pelo governo, implantando aumentos semestrais do pessoal contratado, afora a própria inflação e a recessão de negócios, sacrifica hoje as administrações municipais, que se tem que haver com despesas imprevisíveis, e mensalmente reajustáveis, compartimentadas por orçamentos anuais

Acreditamos que é hora de todas as Casas políticas deste País somarem-se num manifesto de protesto junto à SEPLAN, e, principalmente, perante o Presidente João Figueiredo.

Não se constrói uma Nação forte com famílias combalidas. Jamais seremos uma República bem organizada com as células municipais insolventes e mendigantes.

Expostos os fatos, é nosso requerimento que se encaminhem expedientes aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro de Estado do Planejamento e ao Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, dando-lhes ciência do inteiro teor desta manifestação de protesto, ao mesmo tempo em que se solicita, de imediato, o reajuste para mais do Fundo de Participação dos Municípios para o segundo

semestre deste ano, enquanto uma mais coerente, justa e distributiva política tributária não seja implantada no País.

Ouvindo a Casa, esta ponderação deverá ser encaminhada àquelas autoridades como manifestação desta Assembléia Legislativa, ganhando em força e expressão, pelo que aguardamos pleno apoio do que ora solicitamos.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 101/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando à classe dos Escrivães de Polícia inúmeros benefícios, não só no campo cultural, como social e filantrópico.

Nestas condições, preenche os requisitos para ser declarada de utilidade pública estadual, o que ora estamos apresentando à consideração da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário. — (Declina)

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/82, (ex-Proposição n.º 03/80), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova a Prestação de Contas do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1979. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/81, (Projeto de Lei n.º 89/81), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, do Município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. — **Aprovado.**

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

Três Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14, 15, 16 e 17/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 18, 59 e 83/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 14, 37, 58, 64, 66/82, 80, 94 e 95/82.

Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 43.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1982.

QUINTA FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Quielse Crisóstomo.

Às 14:45 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 08/82, (Mensagem n.º 05/82), que aprova termo aditivo aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos n.º 2 aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios de Enéas Marques e Medianeira, firmados em 11/06/81 e com o Município de Pitanga, firmado em 16/07/81, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/82, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1979.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/82.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo único — São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1979.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 05/82, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. MÁRIO AUGUSTO DE QUEIROZ.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 05/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor MÁRIO AUGUSTO DE QUEIROZ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 07/82, que autoriza o Poder Executivo, doar à Associação Comercial de Cornélio Procópio, um terreno, conforme especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 07/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, um terreno urbano, com a área de 800 metros quadrados, situado à Rua Amazonas, e de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição número 16.512, do Livro 3, às fls. 91, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

Parágrafo único. A presente doação fica onerada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, as quais constaram da escritura no ato da doação, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado caso não seja utilizado pela Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio, no prazo de 3

(três) anos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 11/82, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO", com sede e foro em Curitiba-Pr.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 11/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/82, (Mensagem n.º 31/82), que doa ao Município de Curitiba, os lotes que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 20/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, o imóvel constituído pelos lotes de n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19, da quadra n.º 168, da Planta Boqueirão, do referido município, tendo a área total de 3.905,00 metros quadrados, objeto parte da transcrição n.º 14.118, do Livro 3-E, de Transcrição das Transmissões da 3a. Circunscrição da Comarca da Capital.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, será destinado à construção de um estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — O imóvel, objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade que constarão da respectiva escritura.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 29/82, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CONSERVACIONISTA DE PONTA GROSSA", com sede na cidade de Ponta Grossa.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 29/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CONSERVACIONISTA DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 41/82, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 41/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE-ASSEF, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 44/82, (Mensagem n.º 48/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, área de terreno, destacada do imóvel denominado "CAPÃO COURISCO", no Bairro do Portão, nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 44/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, uma área de terreno medindo 21.700,00 metros quadrados, destacada do imóvel denominado "Capão Courisco", situado no bairro do Portão, desta Capital, objeto da transcrição n.º de ordem 9.128, do Livro 3-M, às fls. 105, da 1a. Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior, destina-se à abertura das ruas (prolongamento) Tamoios, Vital Brasil, Brasília Ovídio da Costa, Francisco Frischmann, Bororós e Tabajaras.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1982.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 46/82, que declara de utilidade pública "A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 46/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 63/82, que declara de utilidade pública "O SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA", com sede na cidade de Ponta Grossa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 63/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,

RENATO BERNARDI, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.